

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.193.546 - SP (2017/0276190-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : IBE BUSINESS EDUCATION DE SÃO PAULO LTDA
ADVOGADOS : IVAN LUIZ CASTRESE - SP250138
SIMONE CAROLINA LOPES DE FARIAS E OUTRO(S) - SP185967
AGRAVADO : MARIA GABRIELA MOYA GANNUNY EL BAYEH
ADVOGADO : MARCELO DOTA SANTIAGO E OUTRO(S) - SP162884

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **IBE - BUSINESS EDUCATION DE SÃO PAULO LTDA.**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fl. 220 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 171, e-STJ):

AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. Prestação de serviço educacional curso de MBA. Instrumento contratual que não é documento indispensável à propositura da ação. Frequência parcial do curso que afasta a obrigação da contratante pelos valores havidos após o pedido de cancelamento formal do contrato.

Instituição de ensino que não comprovou a existência de débito pendente ou o cabimento da multa compensatória exigida. Dicção do art. 333, II, do CPC/1973 art. 373, II, do CPC/2015.

Conhecimento obtido pela aluna que passou a integrar seu patrimônio cultural, sendo incabível a restituição da quantia paga no período em que houve a efetiva prestação do serviço. Pleito de indenização por dano moral que não foi objeto do pedido inicial e, portanto, não admite conhecimento, por força dos princípios da ampla defesa, do contraditório e do devido processo legal. Recurso adesivo da autora conhecido em parte e, nesta extensão, desprovido. Recurso da ré desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 185/188, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação de rescisão contratual cumulada com declaração de inexistência de débito. O Juízo de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos. O Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 485, IV, 320, 373, I, do CPC/15, 884, 885 e 944, do CC/02. Sustenta, em síntese, que: i) a sentença é nula, em razão da ausência de juntada do contrato; ii) a parte recorrida não comprovou os fatos alegados; e, por fim iii) ocorreu enriquecimento ilícito.

Contrarrazões às fls. 213/215, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Daí o presente agravo (fls. 223/233, e-STJ), buscando destrancar o

processamento daquela insurgência, no qual a recorrente busca refutar o óbices elencado pela Corte estadual.

Contraminuta (fls. 236/238, e-STJ).

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. De início, impende consignar a aplicabilidade das normas insertas no Código de Processo Civil de 2015 a este julgado, com amparo no Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016, tendo em vista a data de publicação do aresto recorrido.

2. Em relação à nulidade suscitada pela ausência da juntada do contrato, sem razão a recorrente. Isso porque esta Corte Superior tem entendimento no sentido de que a verificação da necessidade da produção de quaisquer provas, é faculdade adstrita ao juiz, de acordo com o princípio do livre convencimento motivado, como é o caso dos autos, em que a Corte local entendeu que o contrato não seria documento indispensável para a propositura da demanda.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE PERDAS E DANOS. ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. PRODUÇÃO DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO DO JULGADOR. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Os vícios a que se refere o artigo 535, I e II, do CPC/1973 são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, sendo certo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador.

2. A jurisprudência deste Tribunal Superior entende que a verificação da necessidade da produção de quaisquer provas, é faculdade adstrita ao magistrado, de acordo com o princípio do livre convencimento do julgador, e que a análise acerca do deferimento ou não de produção de provas enseja o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. A Corte estadual, soberana na análise das provas dos autos, concluiu que, diante da impossibilidade de se restituir o veículo ao agravado, em razão da alienação a terceiro, deve a instituição financeira indenizar o recorrido na quantia equivalente ao valor do bem de acordo com a tabela FIPE. A revisão do julgado encontra óbice na da Súmula 7 do STJ.

4. Nos termos do art. 3º, § 6º, do Decreto-lei nº 911/1969, a sentença que decretar a "improcedência da ação" de busca e apreensão, condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a 50% do valor originalmente financiado, caso o bem apreendido já tenha sido alienado. Precedentes.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 981.558/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018)

3. No mérito, a Corte Estadual, após análise dos autos, manteve a sentença de procedência, pois entendeu que a parte recorrida logrou em comprovar o seu direito. É o

que se observa do seguinte trecho do acórdão atacado (fls. 173/174, e-STJ):

"[...] Pondere-se que os documentos de fls. 14/16, com timbre da ré, **demonstram suficientemente** que a autora formulou pedido de cancelamento do contrato em março de 2014, todavia a instituição de ensino exigia o pagamento de débito proporcional do curso e da multa compensatória de vinte por cento, o que culminou com a inscrição do nome da autora em cadastro de inadimplentes (fls. 17/40). Ainda, de se observar que **a lista de presença e o histórico escolar da autora demonstram que ela frequentou apenas duas disciplinas Matemática Financeira (100%) e Marketing (50%), sendo reprovada em ambas por insuficiência de nota e por faltas**, respectivamente, e, quanto às demais matérias, constou em cada uma a informação "Tracado na Turma" (fls. 85/94). A par disso, **a ré não comprovou a existência de valores remanescentes** do curso ou o cabimento da multa contratual para o caso de cancelamento do contrato, máxime porque sequer apresentou o instrumento contratual ou outros documentos capazes de justificar tais cobranças, ônus que lhe competia nos termos do art. 333, II, do CPC/1973 art. 373, II, do CPC/2015, do qual não se desincumbiu. [...] Como a autora desembolsou o valor de R\$931,00 (novecentos e trinta e um reais) pelo curso, do total contratado de R\$23.275,00 (vinte e três mil, duzentos e setenta e cinco reais), porém **não tendo a ré comprovado a existência de outros valores pendentes ou o cabimento da multa compensatória**, correta a declaração de exigibilidade do débito reclamado pela instituição de ensino."

Assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática, incidindo, na espécie, o óbice da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/15) - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO PARA, DE PLANO, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO - INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. A matéria inserta no artigo 884 do Código Civil não foi objeto de discussão no acórdão recorrido e, também não poderia, pois se trata de indevida inovação recursal, por não ter sido devolvida à apreciação do Tribunal a quo em momento oportuno (no caso, nas razões de apelação). Ausência de prequestionamento. Incidência das Súmulas 282/STF e 211/STJ. Precedentes.

2. O Tribunal local, ao considerar que as provas apresentadas pelo autor foram suficientes para comprovar o fato constitutivo do direito alegado e que restaram demonstrados os elementos ensejadores do dever de indenizar pelos danos morais pleiteados, o fez com base na análise aprofundada do acervo probatório dos autos, sendo que a pretensão recursal demanda o revolvimento de fatos e provas, procedimento vedado por esta Corte Superior, a teor da Súmula 7 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AgInt no AREsp 981.789/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 24/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO INDENIZATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. A alegação de afronta ao art. 535 do CPC/73 de forma genérica, sem efetiva demonstração de omissão do Tribunal a quo no exame de teses imprescindíveis para o julgamento da lide, impede o conhecimento do recurso especial ante à deficiência na fundamentação. Incidência da Súmula 284/STF.

2. Não fica configurado julgamento extra petita quando o Tribunal local decide questão que é reflexo do pedido na exordial, pois o "pleito inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo, sendo certo que o acolhimento da pretensão extraído da interpretação lógico-sistemática da peça inicial não implica julgamento extra petita". (AgInt no REsp 1088528/ES, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 03/08/2016). Na hipótese, a lide foi apreciada nos termos do pedido e da causa de pedir, razão pela qual não há falar em decisão extra petita.

3. A Corte Estadual concluiu pela legitimidade passiva da recorrente para a causa. A reforma do acórdão impugnado, neste aspecto, demandaria inegável necessidade de reexame de matéria fática probatória, providência esta inviável em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

4. O Tribunal local, ao considerar que as provas apresentadas pelo autor foram suficientes para comprovar o fato constitutivo do direito alegado e que restaram demonstrados os elementos ensejadores do dever de indenizar, o fez com base na análise aprofundada do acervo probatório dos autos, sendo que a pretensão recursal demanda o revolvimento de fatos e provas, procedimento vedado por esta Corte Superior, a teor da Súmula 7 do STJ.

5. A análise da insurgência com relação ao valor indenizatório arbitrado pelas instâncias ordinárias esbarra na vedação prevista na Súmula 7 do STJ. Apenas em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisórias ou exorbitantes as quantias fixadas, é possível a revisão do quantum por esta Corte, situação não verificada no caso dos autos. Precedentes.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 906.791/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 03/10/2017)

4. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo (art. 1042, do CPC/15).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

